Disponível em
http://www.desafioonline.ufms.br
Desafio Online, Campo Grande, v.7, n.3, Set./Dez. 2019

ANÁLISE DAS ATAS DO COPOM: UMA ABORDAGEM APLICADA DA MINERAÇÃO DE TEXTOS

ANALYSIS OF COPOM RECORDS: AN APPLIED APPROACH TO THE MINING OF TEXTS

Felipe Figueiredo Fernandes Brites
Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, Brasil
felipe.fig.fer.brites@gmail.com

Michel Constantino
Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, Brasil
michel@ucdb.br

Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, Brasil
acdorsa@ucdb.br

Resumo

A política econômica brasileira depende das expectativas de mercado e das decisões e perspectivas mensais do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central. O objetivo do presente artigo foi de analisar o texto das Atas do Copom e suas características transitórias entre 2016 a 2018, com a equipe formada pelo presidente do Banco Central, utilizando como procedimento metodológico a análise textual. O método de análise recai sobre a mineração de textos, que apresentou resultados antagônicos na política econômica entre os governos Dilma e Temer. Conclui-se que o Banco Central não possui força para controlar a economia, mas agir como agente regulador e fiscalizador, diante disso o resultado é recessão econômica.

Palavras-chave: Atas do COPOM. Mapeamento. Economia Brasileira.

Peer Review under the responsibility of Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul ESAN/UFMS.
This is an open access article.

Abstract

Brazilian economic policy depends on the market expectations and the monthly decisions and perspectives of the Monetary Policy Committee (COPOM) of the Central Bank. The purpose of this article was to analyze the text of the Records of the Copom and its transitory characteristics between 2016 and 2018, with the team formed by the president of the Central Bank, using as textual methodological procedure. The method of analysis is based on the mining of texts, which presented conflicting results in the economic policy between Dilma and Temer governments. It is concluded that the Central Bank does not have the strength to control the economy, but to act as a regulatory and supervising agent, on this the result is economic recession.

Key-words: *Records of the COPOM. Mapping. Brazilian economy.*

1. Introdução

A economia de um país depende *ceteris paribus* da expectativa, as pessoas e empresas tentam antecipar projeções futuras a partir de informações, dados, sentimentos, motivações e notícias oficiais e não oficiais. A teoria econômica divide em duas abordagens a teoria das expectativas, sendo a das expectativas racionais, onde os agentes econômicos investigam dados atuais e previsões futuras para tomar decisões, e a outra abordagem se baseia nas expectativas adaptativas, que prevê o futuro com informações do passado.

O Comitê de Políticas Monetárias (COPOM) do Governo Federal brasileiro é um dos principais agentes da economia, principalmente para a política econômica, e todo mês ele provoca expectativas no mercado. Investigar os resultados apresentados do COPOM entre dois governos distintos é fundamental para melhor compreensão do tempo presente e expectativas para o futuro.

O instrumento de comunicação com a sociedade utilizado pelo COPOM é a ATA do COPOM, este instrumento é apresentado mensalmente e disponibilizado no site no Banco Central do Brasil (BCB). A taxa de juros base da economia para aquele mês e as explicações da decisão, já permeiam as expectativas futuras para a economia brasileira a partir do olhar no BCB. A literatura econômica apresenta pouca publicação que abordem análise textual sobre as decisões dos *policy makers*.

Objetivando o mapeamento das atas do Copom, foi realizada uma investigação com abordagem *text mining* a partir das atas do Copom de janeiro de 2016 a dezembro de 2018, observando as decisões de política monetária tomadas pelo Comitê. Para a análise das atas escolhidas, foi utilizado o software Iramuteq.

Com o procedimento de análise de mineração de texto é possível investigar as principais abordagens de cada banqueiro central e seu comitê, e analisar o caminho da política econômica do país ao longo do tempo.

A temática escolhida busca fazer a divulgação de dados econômicos que levaram o Brasil passar por um momento conturbado em sua história recente. Além de promover a ampliação do conhecimento acerca do tema dentro das comunidades acadêmicas de graduação e pós-graduação. Para o alcance do objetivo proposto o presente artigo está organizado nesta introdução, na revisão da literatura que aborda o papel do Banco Central do Brasil na economia e na inflação, além dos procedimentos metodológicos e análise dos resultados.

2. Banco central e a economia

O Banco Central possui uma das funções mais importantes dentro de uma economia: o controle sobre o valor da moeda nacional, ou seja, a inflação. Tal tarefa tem impacto direto sobre o desenvolvimento econômico e, indiretamente, sobre a renda das pessoas.

Na literatura econômica é consenso que a inflação é, em decorrência da oferta e demanda, aquela que controla o valor real da moeda utilizada. Ou seja, como explicita Mises (1959, p.61), quanto maior for a inflação, menor será o poder de compra das pessoas.

> Se a oferta de caviar fosse tão abundante quanto a de batatas, o preço do caviar – isto é, a relação de troca entre caviar e dinheiro, ou entre caviar e outras mercadorias – se alteraria consideravelmente. Nesse caso, seria possível adquiri-lo a um preço muito menor que o exigido hoje. Da mesma maneira, se a quantidade de dinheiro aumenta, o poder de compra da unidade monetária diminui, e a quantidade de bens que pode ser adquirida com uma unidade desse dinheiro também se reduz.

Para poder controlar a taxa inflacionária, o Banco Central do Brasil utiliza uma taxa de juros básica, a Selic. No entanto, tal taxa é uma faca de dois gumes, pois, dependendo da política econômica adotada, pode-se criar ciclos econômicos.

No Brasil, os empréstimos e financiamentos podem ser feitos de bancos, cooperativas de crédito, Caixa Econômica e outras instituições financeiras. O Banco Central é integrante do Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e, a partir deste banco, são feitos financiamentos e empréstimos para outros bancos e empresários. Ao colocar a taxa básica de juros de uma forma estimulativa, inicia-se um ciclo econômico.

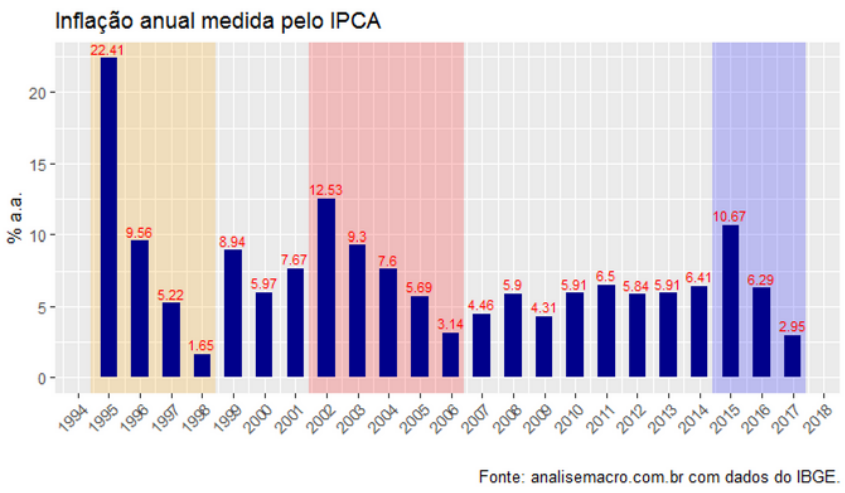
No início do ciclo, há um grande desenvolvimento econômico, já que, com juros mais baixos, empréstimos e financiamentos podem ser feitos em grande escala. Para se manter a taxa de juros baixa, é preciso ter caixa, para isso, emite-se mais moeda ou emite-se títulos de dívida, ou seja, expande-se a base monetária. Por se tratar de um "caixa artificial", precisa-se continuar com a política.

Ao decorrer do tempo, os preços de mercadorias começam a subir em decorrência de mais pessoas terem poder econômico e poderem consumir mais. Tal aumento de preços é a consequência da inflação criada pelo ciclo econômico. Para barrar o aumento, começa-se a aumentar a taxa de juros. Ao fazer isso, menos empréstimos e financiamentos serão feitos em decorrência da alta dos juros e, por consequência, a produtividade diminui. A alta dos juros para correção da inflação é o início da recessão do ciclo econômico. Quanto maior for a duração do ciclo estimulativo, maior será a recessão, causando crises maiores.

> A situação é a seguinte: aqueles para quem o dinheiro chega em primeiro lugar têm sua renda aumentada e podem continuar comprando muitas mercadorias e serviços a preços que correspondem ao estado anterior do mercado, à situação vigente às vésperas da inflação. Encontram-se, portanto, em situação privilegiada. [...] Mas há outros grupos da população para quem esse dinheiro chega muitíssimo mais tarde. Essas pessoas se veem numa situação desfavorável. Antes de terem acesso ao dinheiro adicional, são obrigadas a pagar preços mais altos que os anteriores por algumas mercadorias que desejam adquirir (ou praticamente todas), ao passo que sua renda permanece a mesma, ou não aumenta na mesma proporção dos preços. (MISES, 1959, p.65)

Ante o exposto, é visto que a inflação é fruto do processo de desenvolvimento econômico, no entanto, por toda ação ter uma reação, um período recessivo também é promovido pela mesma inflação.

Gráfico 1: Taxa de Inflação no Brasil (1994-2018)



A política econômica adotada pelo governo central e o Copom corroboram com o aumento ou diminuição da taxa de inflação, ou seja, o bem-estar da população. O Gráfico 1 apresenta as mudanças inflacionárias no Brasil, de 1994 a 2018, observando a tradicional volatilidade da economia com expectativas positivas e negativas frentes aos administradores públicos.

O governo brasileiro, após a crise econômica mundial de 2008, fez os bancos públicos estenderem créditos aos setores, ainda, concederem taxas de juros abaixo do mercado. Soihet & Cabral (2016) afirmaram de que o governo central brasileiro utiliza nos momentos de pouca liquidez ou elevada incerteza os bancos públicos na promoção de políticas anticíclica.

Neste período de desembolsos do BNDES a taxa de inflação chegou a 10.67% e o Banco Central aumentou a taxa básica de juros da economia (taxa Selic) para 14% paralisando a atividade econômica e levando o país a recessão. Com esse resultado a sociedade analisa a política monetária e as decisões do COPOM para desvendar suas expectativas e investimentos. Para o desenvolvimento da análise, a próxima seção destaca os procedimentos metodológicos e os dados utilizados.

3. Procedimento metodológico

A pesquisa tem enfoque quali-quantitativo, com levantamento documental e análise de conteúdo. Os procedimentos adotados contemplam como análise de dados, as atas do Copom-Brasil mensais que apresentam as informações do Banco Central em relação à política monetária do país. O foco desse trabalho são as atas publicadas no site do Banco Central do Brasil no período de 2016 a 2018.

A partir do procedimento de análise de mineração de texto é possível investigar as principais abordagens de cada banqueiro central e seu comitê, e analisar o caminho da política econômica do país ao longo do tempo. Para a execução na análise foi utilizado o software livre Iramuteq, disponível no site http://iramuteq.org/. O Iramuteq permite várias análises textuais, no presente artigo, as atas do Copom foram analisadas a partir da Nuvem de Palavras (Frequência) e pelas árvores de similitude que avaliam a importância da comunicação e suas ramificações.

4. Análise dos resultados

4.1 Atas do Copom de 2016

O ano de 2016 foi conturbado para o Brasil e para o mundo. No âmbito nacional, enfrentava-se um forte período de recessão com inflação atingindo os 10% no ano de 2015, segundo dados do IBGE, e uma insegurança econômica assolava o país. Mais tarde, tal insegurança configurou-se no impeachment da presidente. No âmbito internacional, havia a eleição presidencial dos Estados Unidos e toda a insegurança em relação a quem assumisse a Casa Branca. Além da eleição, o principal parceiro econômico do Brasil, a China, estava desacelerando o desenvolvimento econômico. Ademais, houve o referendo no Reino Unido para decidir a saída ou permanência na União Europeia, o que veio a concretizar a saída do bloco econômico.

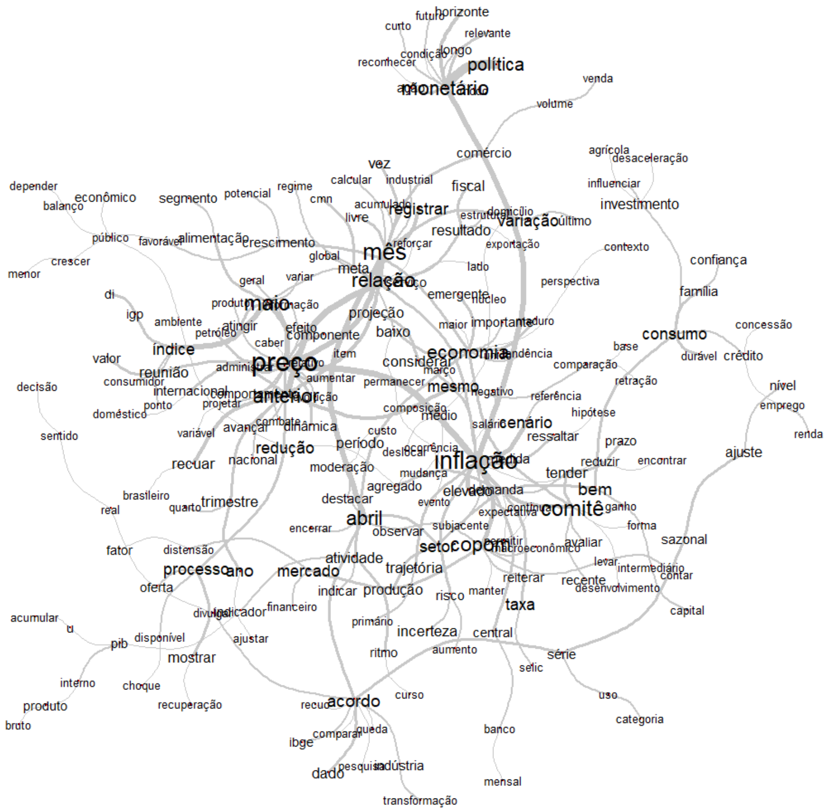
Apesar de todos os empecilhos, foi possível, a partir do segundo semestre do ano de 2016 com a chegada de um novo governo e um novo presidente do Banco Central, uma pequena reestruturação do país além de criar boas perspectivas para os anos seguintes.

Figura 2 – Ata da 196ª reunião do Copom

Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

Na primeira reunião de 2016, o Copom mantém as políticas adotadas no ano de 2015, além de, no âmbito político, não ser feito nada para que pudesse melhorar o cenário econômico. Na ata analisada, o Copom se mostra preocupado com a situação do desaceleramento econômico da China. O Comitê também votou para manter a taxa Selic em 14,25%. Também ressaltou que seria necessário ficar atento a incertezas sobre riscos no âmbito nacional e internacional. As 197ª e 198ª atas possuem relatórios semelhantes a 196ª, com mesmas preocupações e medidas econômicas tomadas.

Figura 3 – Ata da 199ª reunião do Copom



Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

É possível analisar pelo gráfico de similitude (figura 2), evidências de uma forte ligação das palavras preço e inflação. Tais palavras são fortemente interligadas, já que com uma alta inflação vem um grande aumento de preços. Ressalta-se que o governo Dilma passava pela segunda maior inflação após a criação do Plano Real. A 199ª ata possui pequenas diferenças das demais do governo Dilma. Além de ser a última do governo, aparecem preocupações com a eleição presidencial dos Estados Unidos e uma queda no preço do petróleo. No entanto, mantém as mesmas medidas apresentadas nas reuniões anteriores.

Figura 4 – Ata da 200ª reunião do Copom

Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

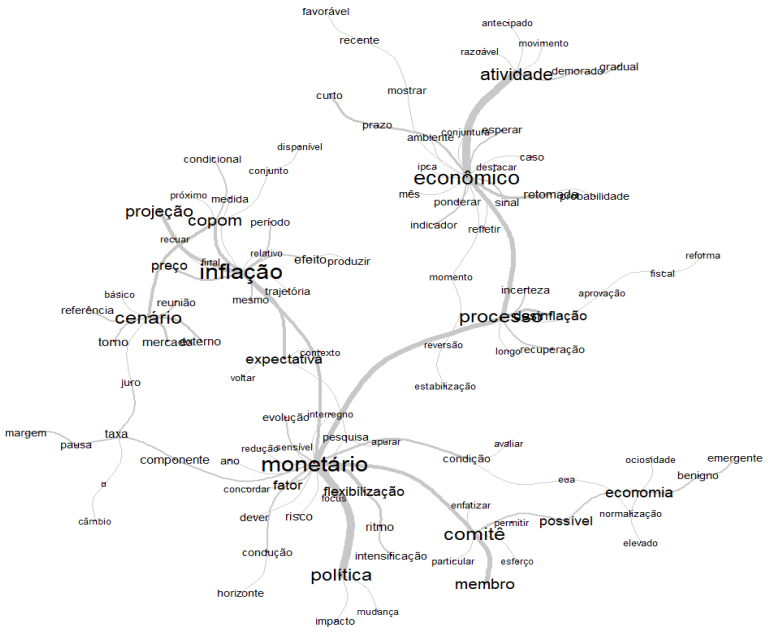
Na 200ª reunião já há grandes mudanças na ata, sua formatação e publicação são diferentes das do governo anterior, há a mudança do presidente da República e do Banco Central (Michel Temer e Ilan Goldfajn). O novo governo entra com expectativas de buscar uma desinflação e mostra preocupação com as projeções no cenário internacional, pois, somados aos problemas da China e Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) passa no referendo feito no dia 23 de junho de 2016.

A primeira projeção para a inflação é de 6,75%, o que é acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 4,5%. Para isso o Comitê concordou em manter a taxa Selic em 14,25% a fim de conseguir convergir a inflação para a meta, buscando cumpri-la no ano de 2017. Na 201ª reunião, foi indicado uma desinflação aquém da esperada, o que deixou o Copom otimista para um possível cumprimento da meta da inflação estabelecida pelo CMN. Para tanto, manteve a Selic mais uma vez em 14,25% com possibilidade de flexibilização das condições monetárias.

Na penúltima reunião do ano (202ª reunião), o Comitê começa a fazer projeções mais concretas para os anos de 2017 e 2018 em relação a taxas de câmbio e taxas de juros. Apesar de uma desinflação acelerada relatada na última reunião, na 202ª foi relatado um recuo nessa melhora no Relatório da Inflação, o que levou os membros do Copom a uma projeção da inflação de 7,0%. No âmbito internacional, o Comitê relata uma fragilidade na economia global com incertezas quanto ao seu crescimento, no entanto, relata também que o cenário apresentado é benigno para economias emergentes como o Brasil. Ressalta ainda que poderia haver novos aumentos nas taxas de juros ainda no ano de 2016, causada por “incerteza sobre os efeitos de uma eventual retomada do processo de normalização das condições monetárias

nos Estados Unidos". Apesar do recente recuo, o Comitê buscou uma flexibilização da política monetária colocando a taxa Selic de 14,25% para 14,00%. Deixou claro também a possibilidade de mais flexibilização para convergir a inflação para a meta de 4,5%.

Figura 5 – Ata da 203ª reunião do Copom



Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

Na última reunião do Copom do ano de 2016, houve uma melhora em diversos aspectos, uma nova projeção foi feita para a inflação do ano de 2016 em 6,6%, projeções mais otimistas para os anos de 2017 e 2018 em relação às taxas de câmbio e juros e uma previsão de uma desinflação mais intensa, os cenários nacional e internacional começam a dar sinais de melhora, os preços no âmbito nacional começam a se ajustar às reformas propostas no Congresso Nacional e foi feita uma nova flexibilização na Selic, passando de 14,00% para 13,75% podendo ter uma maior flexibilização nos anos seguintes.

Tais processos foram de extrema importância para a flexibilização da política monetária e para que a economia brasileira pudesse voltar a crescer depois de duros anos de recessão. Segundo dados do IBGE, a inflação de 2016 acabou abaixo do esperado pelo Copom, terminando em 6,29%.

4.2 Atas do Copom de 2017

O ano de 2017, comparado ao de 2016, foi estável em relação aos eventos, nacional e internacional, com grandes impactos econômicos. Dentre os destaques dados pelo Copom, no cenário internacional estão as possíveis mudanças no rumo da política econômica dos Estados

Unidos com a eleição do novo presidente e a incerteza do rumo da economia chinesa. No cenário nacional, o fim do interregno benigno para economias emergentes, ou seja, juros altos para investimentos diretos no país e incerteza no preço das commodities.

Figura 6 – Ata da 204ª reunião do Copom

Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

Como primeira reunião do ano de 2017, a preocupação com os Estados Unidos e o futuro de sua economia era incerto após a eleição. O Copom relatou também que poderia haver uma desinflação acima do que foi projetado pela pesquisa Focus e pelos membros do Comitê. As propostas das reformas trabalhista e previdenciária, propostas no ano de 2016, avançam no Congresso Nacional e promovem otimismo para investidores e empresários. Nas primeiras projeções de 2017 e 2018, a inflação flutua em torno de 4,8% e 4,5%, respectivamente.

O Copom ressalta a importância das reformas propostas e enfatiza que a aprovação da Emenda Constitucional que permite conter a expansão real dos gastos públicos é de suma importância para a economia brasileira.

Para finalizar a ata, demonstrando otimismo para o restante do ano, promovem uma redução de 0,75% na taxa básica de juros, passando de 13,75% para 13,00% visando atingir a meta da inflação de 4,5%. Na 205ª reunião, o comitê evidencia uma retomada da atividade econômica ao longo do ano de 2017. Para isso, ressalta a importância da aprovação das reformas para sustentação das contas públicas como a previdência. Para encerrar a reunião, reduzem a taxa Selic em 0,75% novamente, ou seja, de 13,00% para 12,25%. Tal flexibilização monetária é importante para manter a atividade econômica empresarial no país uma vez que necessitam de créditos para manter suas empresas.

Na terceira reunião do ano (206ª reunião), o Comitê debate sobre os impactos da revisão dos encargos relativos à usina nuclear, Angra III. Ao fim da reunião reduziram a Selic em 1%, de 12,25% para 11,25%. Realizada em maio, a 207ª reunião do Copom traz a primeira projeção da inflação para 2019 além de atualização para os anos de 2017 e 2018. As expectativas ficaram em torno de 4,0% para 2017, 4,4% para 2018 e entre 4,25% e 4,6% para 2019.

Relata também uma preocupação em relação a demora da aprovação das reformas e coloca o problema como "fator de risco principal". Apesar de tudo, se mostra otimista em relação a economia global que apresentou evolução favorável a despeito das incertezas nas mudanças na política econômica dos Estados Unidos e aos rumos da economia chinesa. Avaliando todos os fatores, reduz a taxa básica de juros em 1%, de 11,25% para 10,25%.

Figura 7 – Ata da 208ª reunião do Copom

Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

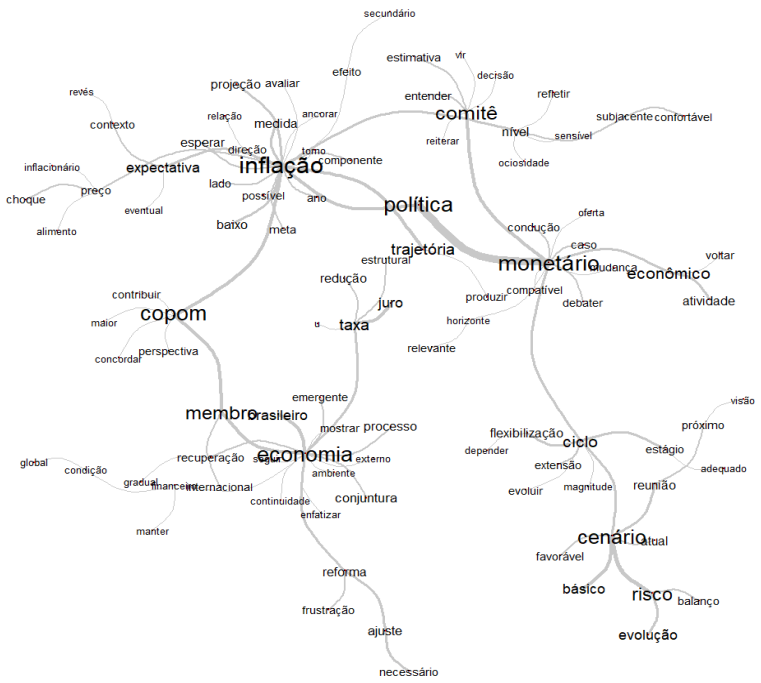
Na abertura da ata da 208ª reunião, o Copom relata que principal preocupação da reunião passada se tornou realidade. O atraso na aprovação das reformas propostas ao Congresso Nacional causou um impacto negativo aos agentes econômicos. No entanto, relata que o impacto até o momento foi limitado, não causando, no curto prazo, um impacto na inflação. Entretanto, alerta que essa demora é o principal risco para a economia brasileira.

O Comitê também atualiza as projeções da inflação para os anos de 2017, 2018 e 2019 além de fazer a primeira para 2020 ficando nos valores de 3,3%, 4,2%, 4,25% e 4,0% respectivamente. Informa também que os membros concordaram que a estabilização economia se consolidou, no entanto, não significa que começou a crescer e dizem ser incerto o ritmo de retomada da atividade econômica. Para tanto, reduz novamente a Selic em 1%, de

10,25% para 9,25%. Realizada em setembro, na 209ª reunião o Copom relata sinais de recuperação gradual da economia, com projeções da inflação para 2017 de 3,4%. Tal recuperação deve-se a retomada da confiança em relação das reformas com a aprovação da reforma trabalhista. Entretanto o Comitê alerta para a frustração das expectativas dos investidores em relação às reformas.

Após começar a relatar uma recuperação econômica, os membros concordam em prescrever uma política econômica estimulativa. Para tanto, reduzem pela quarta vez consecutiva a Selic em 1%, ou seja, de 9,25 para 8,25. No início do último trimestre, foi realizada a 210ª reunião. Nela foram atualizadas as projeções da inflação para os anos de 2017 e 2018 de 3,4% e 4,2% para 3,1% e 4,0% respectivamente. A fim de buscar maior flexibilização, o Comitê reduz a Selic em 0,75%, de 8,25% para 7,50%.

Figura 8 – Ata da 211ª reunião do Copom



Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

A última reunião (211ª) do Copom de 2017 termina com otimismo. A economia continua dando sinais de recuperação e a projeção da inflação para 2017 é atualizada para 3,0%. Segundo dados do IBGE, a inflação terminou abaixo da meta estabelecida pela primeira vez desde sua criação em 1999 com 2,95%. Continuando a política estimulativa, a taxa Selic foi reduzida em 0,5%, ou seja, de 7,50% para 7,0%.

Ao analisar o gráfico de similitude (figura 7), ao focar na palavra “economia”, observa-se rodeada de palavras positivas como “recuperação”, “continuidade”, “gradual”,

"reforma" etc. Em conjunto ao que foi analisado durante o ano de 2017, foi um ótimo ano para a economia brasileira, se recuperando de uma crise e de uma inflação em 10% há dois anos. Ao focar a palavra "inflação", observa-se os planos do Copom para o ano de 2018 de acordo com as palavras próximas como "esperar", "direção", "expectativa", "medida", "meta" etc.

4.3 Atas do Copom de 2018

O ano de 2018 teve um cenário nacional conturbado além de desafios no cenário internacional. Neste ano, no contexto nacional, houve a greve dos caminhoneiros, o que fez os preços, principalmente dos combustíveis, aumentar; foi um ano eleitoral no Brasil, o que deixa incertezas no ano presente e no seguinte até a estabilização do novo governo; no contexto internacional, houve alta de juros, o que torna mais difícil para o Brasil chamar investidores.

Figura 9 – Ata da 212ª reunião do Copom

Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

Em sua primeira reunião (212ª) no ano de 2018, os membros do Copom relatam, o que no ano de 2017 era apenas uma recuperação gradual, passa a ser uma recuperação constante da economia brasileira. O Comitê, ao contrário do ano de 2017, não busca diminuir a inflação, mas sim aumenta-la até a meta estabelecida de 4,5%. Ao buscar tal objetivo, uma das consequências é um aumento relativo nos preços, entretanto, o Copom nega que tenha relação da política monetária com o aumento relativo dos preços.

A fim de continuar a política estimulativa e buscar a meta da inflação de 4,5%, o Comitê diminuiu a taxa básica de juros em 0,25%, de 7,0% para 6,75%. Tal medida também

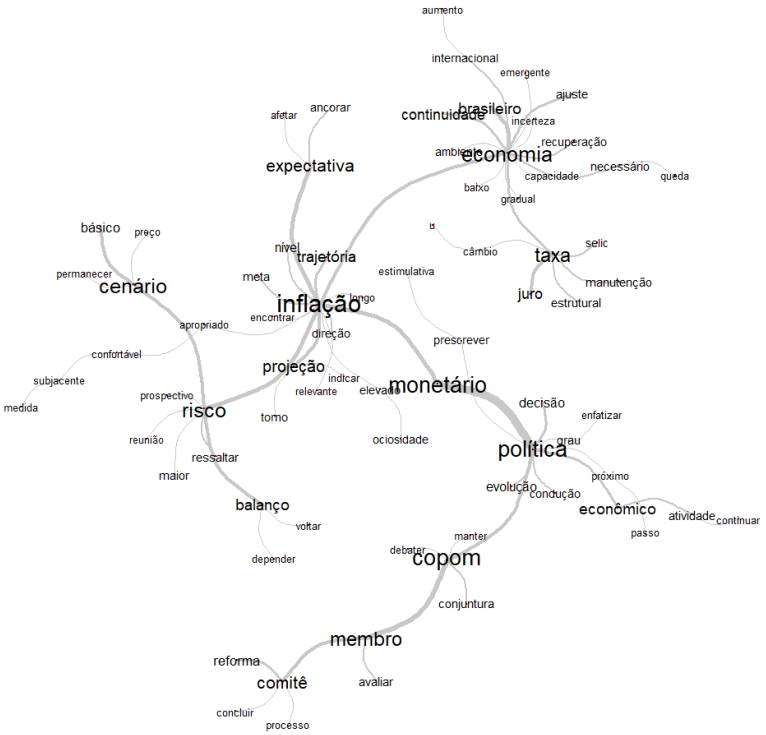
foi tomada na 213ª reunião, reduzindo a Selic para 6,50%. Na 214ª reunião é relatado que a economia brasileira teve uma "perda de ânimo", deve-se principalmente ao fato dos juros de economias avançadas terem aumentado, tornando o cenário externo mais desafiador e volátil. Depois de uma redução cumulativa de 7,75% na taxa básica de juros em dois anos, é feita a estabilização da taxa Selic em 6,50% até o final do ano de 2018.

Cinco dias após a 214ª reunião, aconteceu a greve dos caminhoneiros, o que acarretou impactos em todas as outras reuniões e análises do Copom. Na 215ª, o Comitê relata que a paralisação dificulta a leitura da evolução recente da atividade econômica. Mesmo com incertezas, as expectativas para a inflação de 2018 situam em torno de 3,9%, para 2019, 4,1% e para 2020 em torno de 4,0%.

Na 216ª reunião, o Comitê começa a fazer as projeções da inflação para 2021 que ficam em torno de 4,0%. O Copom também ressalta a importância de continuar aprovando as reformas, principalmente as de natureza fiscal, para manter a confiança de empresários e investidores e auferir mais investimentos.

Em setembro, na 217ª reunião, o Copom atualiza as expectativas de inflação para 2018 (4,1%) e para 2021 (3,9%). Também estabelece um plano de contenção caso a política estimulativa crie uma inflação acima do desejado, no caso, acima de 4,50% que é a meta estabelecida. Tal plano consiste em remover o estímulo gradualmente quando o balanço de risco apresentar uma piora ou quando for relevante para a política monetária. No começo do último trimestre, é feita a penúltima reunião (218ª) do ano de 2018. O que chama atenção nessa reunião é um comunicado dentro da ata sobre a falta de uma relação mecânica entre um ajuste nos preços e a política monetária. Segundo o comitê, "já deveria estar claro que não há relação mecânica entre choques que produzam ajustes de preços relativos e a política monetária". Por isso, acordaram em remover tal mensagem a partir da próxima reunião.

Figura 10 – Ata da 219ª reunião do Copom



Fonte: Dados da pesquisa a partir da Ata do Copom

Na última reunião do ano (219ª), foram atualizadas as projeções da inflação para todos os anos. O ano de 2018 tem uma expectativa de 3,7%, 2019 de 4,1%, 2020 de 4,0% e 2021 de 3,75%. Segundo dados do IBGE, a inflação de 2018 fechou em 3,75, sendo ainda abaixo da meta estabelecida de 4,5%. Ao analisar o gráfico de similitude (figura 9), ao focar a palavra "inflação", percebe-se os objetivos e feitos do Copom a partir das palavras "meta" e "ancorar". Desde o início, o Comitê reitera que quer atingir a meta da inflação e diz também que a inflação está "ancorada", ou seja, não haverá um choque que a fará crescer.

5. Conclusões

Diante do que foi evidenciado ao longo deste artigo, os resultados apresentaram uma grande diferença entre os governos Dilma e Temer com seus respectivos presidentes do Banco Central, Alexandre Tombini e Ilan Goldfajn.

Durante o governo Dilma, houve uma expansão da base monetária causando uma grande inflação para o ano de 2015 com consequências para o ano de 2016, e vale ressaltar que, para o Comitê desse governo a inflação é criada pelo aumento de preços, como colocado

nas 196ª, 197ª, 198ª e 199ª. Os resultados textuais mostram evidências de preocupação com controle de preço e o impacto no processo inflacionário, como ocorreu o governo Dilma.

Com a chegada do governo Temer e consequentemente de seu presidente do Banco Central, são propostas reformas como a trabalhista, previdenciária e o teto dos gastos públicos. Feito isso, a inflação começa a baixar e, consequentemente, a taxa Selic. Apesar de tudo que foi feito para atingir uma inflação de 2,95% em 2017, o Copom buscou atingir a meta estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) fixada em 4,5% em 2018, o que levou a subida da inflação para 3,75%. O Comitê negou que um aumento de preços estaria relacionado ao aumento da inflação.

Pode-se constatar que, após toda a análise das atas do Copom, o Banco Central não tem um poder pleno sobre a inflação. Ele age como um órgão fiscalizador e mediador dentro da economia que, por não ter controle dos agentes econômicos, não consegue diminuir a inflação usando da "canetada". As Atas analisados apresentaram evidências de preocupação com a política monetária, controle dos preços e como consequência a diminuição da inflação.

Conclui-se que a economia não pode ser controlada por um banco ou um governo pelo fato dela não ser um ente dotado de personalidade. A economia é um sistema composto pela ação humana de todos que estão inseridos na sociedade com base na autonomia da vontade. Essa ação conduz a economia com base na oferta e na demanda, seja de produtos, seja da moeda corrente. Qualquer distorção feita por um ciclo econômico trará distorções na ação humana e, consequentemente, para a economia como um todo, causando as crises econômicas, políticas e sociais.

Pelas Atas do Copom, o governo Temer apresentou respostas técnicas para o mercado e obteve os melhores resultados.

Referências

BANCO CENTRAL. **Empréstimos e Financiamentos.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder_serie_I_emprestimos_e_financiamentos.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

BNDES. **Relação com órgãos governamentais.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/relacao-orgaos-governamentais>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

MISES, Ludwig Von. **As Seis Lições.** Traduzido por Maria Luiza Borges. 7ª ed. Instituto Mises Brasil, 2009.

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana – Um Tratado de Economia.** Traduzido por Donald Stewart Jr. 3.1ª ed. Instituto Mises Brasil, 2010.

SOIHET, Elena; CABRAL, Cesar Murilo Nogueira. **Insights on monetary policy and public banking in Brazil (2008 – 2012).** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v26n1/1980-5381-neco-26-01-00043.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

SOTO, Jesús Huerta. **MOEDA, CRÉDITO BANCÁRIO E CICLOS ECONÔMICOS.** Traduzido por Márcia Xavier de Brito. 1ª ed. Instituto Mises Brasil, 2012.